

## **CADERNO DE ENCARGOS**

FORNECIMENTO DE LUBRIFICANTES

**CONSULTA PRÉVIA N.º 32/SAPR/2024**

---

## ÍNDICE GERAL

<b>ÍNDICE GERAL</b>	<b>2</b>
<b>Cláusula 1.<sup>a</sup></b>	<b>4</b>
<b>Objeto</b>	
<b>Cláusula 2.<sup>a</sup></b>	<b>4</b>
<b>Contrato</b>	<b>4</b>
<b>Cláusula 3.<sup>a</sup></b>	<b>5</b>
<b>Prazo</b>	
<b>Cláusula 4.<sup>a</sup></b>	<b>5</b>
<b>Preço base</b>	<b>5</b>
<b>Cláusula 5.<sup>a</sup></b>	<b>6</b>
<b>Obrigações principais do adjudicatário</b>	<b>6</b>
<b>Cláusula 6.<sup>a</sup></b>	<b>6</b>
<b>Conformidade e operacionalidade dos bens</b>	<b>6</b>
<b>Cláusula 7.<sup>a</sup></b>	<b>6</b>
<b>Entrega dos bens objeto do contrato</b>	<b>6</b>
<b>Cláusula 8.<sup>a</sup></b>	<b>7</b>
<b>Inspeção</b>	<b>7</b>
<b>Cláusula 9.<sup>a</sup></b>	<b>8</b>
<b>Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias</b>	<b>8</b>
<b>Cláusula 10.<sup>a</sup></b>	<b>9</b>
<b>Objeto do dever de sigilo</b>	<b>9</b>
<b>Cláusula 11.<sup>a</sup></b>	<b>9</b>
<b>Prazo do dever de sigilo</b>	<b>9</b>
<b>Cláusula 12.<sup>a</sup></b>	<b>9</b>
<b>Preço contratual</b>	<b>9</b>
<b>Cláusula 13.<sup>a</sup></b>	<b>10</b>
<b>Revisão de Preços</b>	<b>10</b>
<b>Cláusula 14.<sup>a</sup></b>	<b>10</b>
<b>Condições de pagamento</b>	<b>10</b>
<b>Cláusula 15.<sup>a</sup></b>	<b>12</b>
<b>Adiantamento de preço</b>	<b>12</b>
<b>Cláusula 16.<sup>a</sup></b>	<b>12</b>
<b>Penalidades contratuais</b>	<b>12</b>
<b>Cláusula 17.<sup>a</sup></b>	<b>13</b>
<b>Força maior</b>	<b>13</b>
<b>Cláusula 18.<sup>a</sup></b>	<b>14</b>
<b>Resolução por parte do contraente público</b>	<b>14</b>
<b>Cláusula 19.<sup>a</sup></b>	<b>14</b>
<b>Resolução por parte do Adjudicatário</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO IV</b>	<b>15</b>
<b>Caução e seguros</b>	<b>15</b>
<b>Cláusula 20.<sup>a</sup></b>	<b>15</b>
<b>Execução da caução</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO V</b>	<b>15</b>
<b>Resolução de litígios</b>	<b>15</b>
<b>Cláusula 21.<sup>a</sup></b>	<b>15</b>
<b>Foro competente</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO VI</b>	<b>15</b>
<b>Disposições finais</b>	<b>15</b>
<b>Cláusula 22.<sup>a</sup></b>	<b>16</b>
<b>Subcontratação e cessão da posição contratual</b>	<b>16</b>
<b>Cláusula 23.<sup>a</sup></b>	<b>16</b>

---

Deveres de informação .....	16
Cláusula 24. <sup>a</sup> .....	16
Comunicações e notificações .....	16
Cláusula 25. <sup>a</sup> .....	16
Contagem dos prazos .....	16
CLÁUSULA 26. <sup>a</sup> .....	16
GESTOR DO CONTRATO .....	16
Cláusula 27. <sup>a</sup> .....	17
Legislação aplicável .....	17
PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS .....	17
CAPÍTULO I .....	17
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS GERAIS .....	17
ANEXO I .....	18
ANEXO III .....	20
ANEXO IV .....	21

## **CADERNO DE ENCARGOS**

### **Capítulo I**

#### **Disposições gerais**



#### **Cláusula 1.ª**

##### **Objeto**

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto o fornecimento contínuo de óleos e de Lubrificantes para a Unidade de Máquinas e Viaturas de acordo com o descrito na Parte II – Especificações Técnicas, deste Caderno de Encargos.

#### **Cláusula 2.ª**

##### **Contrato**

- 1 — O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2 — O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

### **Cláusula 3.ª**

#### **Prazo**

O contrato produz efeitos a partir do dia útil seguinte à data da assinatura do contrato e mantém-se em vigor pelo período de um ano, prorrogável por iguais períodos até um máximo de 3 anos, se não for rescindido inequivocamente e por escrito, por qualquer das partes, mediante carta registada com aviso de receção, até 30 dias antes do termo do período em curso e em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, ou até ser esgotado o valor contratado.

### **Cláusula 4.ª**

#### **Preço base**

No âmbito do presente procedimento, o preço máximo que esta edilidade se dispõe a pagar pelo fornecimento objeto do mesmo é de 73.500,00€, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

## **Capítulo II**

### **Obrigações contratuais**

#### **Secção I**

### **Obrigações do adjudicatário**

#### **Subsecção I**

### **Disposições gerais**



## **Cláusula 5.ª**

### **Obrigações principais do adjudicatário**

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

- a) A obrigação do fornecimento de óleos e lubrificantes;
- b) Obrigação de garantia total do fornecimento de lubrificantes;
- c) Assistência com acompanhamento por parte de um Gestor de Conta;
- d) Apoio nos trâmites de mudança de fornecedor;

## **Cláusula 6.ª**

### **Conformidade e operacionalidade dos bens**

- 1 — O adjudicatário obriga-se a entregar ao contraente público os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.
- 2 — Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para o fim a que se destinam.
- 3 — É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.
- 4 — O adjudicatário é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento da entrega.

## **Cláusula 7.ª**

### **Entrega dos bens objeto do contrato**

- 1 - Os bens objeto de óleos e lubrificantes devem ser entregues de acordo com as necessidades da entidade adjudicante, durante o horário normal de expediente, das 08:00h às 16:00h, nas instalações da Divisão de Máquinas e Viaturas da Câmara Municipal de Silves, ou em qualquer



local do concelho a combinar, no prazo indicado pelo concorrente após solicitação por escrito ou telefónica. Contudo aquele nunca deverá exceder os 10 dias úteis.

2 – Sempre que ocorra um caso de força maior, devidamente comprovado e que implique a suspensão do fornecimento, deve a entidade fornecedora, logo que dele tenham conhecimento, requerer à entidade adjudicante que lhe seja concedida uma prorrogação, adequadamente fundamentada, do respetivo prazo.

3 - No caso de a entidade fornecedora não possuir para entrega, no prazo definido no ponto 1 do presente artigo, os bens encomendados pela entidade adjudicante, poderá propor a sua substituição por outros de qualidade idêntica ou superior, não podendo, deste facto, resultar qualquer acréscimo de preço.

4 – Na situação prevista no número anterior, a entidade fornecedora deverá fornecer todos os elementos necessários à avaliação da adequação da substituição por parte da entidade adjudicante, nomeadamente amostras, fotografias e especificações técnicas dos bens.

5 – Não obstante o disposto nos dois números anteriores, a entidade adjudicante não fica, em caso algum, obrigada a aceitar os bens de substituição propostos pela entidade fornecedora.

6 – O fornecimento dos bens em quantidades inferiores às encomendadas ou com qualidade inferior definida no presente Caderno de Encargos, suspenderá a faturação e correspondente pagamento até que a situação em causa se encontre regularizada.

7 – A entrega dos bens é sempre acompanhada de guia de remessa, da qual deve constar, designadamente:

- a) A data de entrega;
- b) Identificação da entidade fornecedora;
- c) Identificação da entidade adjudicante e local de entrega;
- d) Data da encomenda e número da requisição emitida pela entidade adquirente;
- e) Número do contrato ao abrigo do qual é realizado o fornecimento;
- f) Indicação dos bens com referência ao respetivo código do produto;
- g) Preço de venda negociado.

8 – A cópia da guia de remessa, assinada e carimbada pela entidade adjudicante, fica na posse da entidade fornecedora, constituindo prova bastante da entrega dos bens.

## **Cláusula 8.ª**

### **Inspeção**

1 - Efetuada a entrega dos óleos e lubrificantes objeto do contraente público, por si ou através de terceiro por ele designado, procede, no prazo de 8 dias, à inspeção quantitativa e qualitativa dos

mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se o mesmo corresponde às quantidades, características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos no anexo **“Especificações Técnicas”** ao presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

2 – Após a verificação referida no número anterior, a entidade adjudicante pode:

- a) Receber os bens;
- b) Devolver excedentes;
- c) Solicitar a entrega dos bens em falta;
- d) Rejeitar os bens por apresentarem deficiências de qualidade;
- e) Aceitar os bens mediante condição de, após novo exame posterior ou durante a utilização dos mesmos, serem comprovadas as características técnicas.

3 – A rejeição de bens, conforme indicada na alínea d) do número anterior, não confere à entidade fornecedora o direito a qualquer indemnização.

## **Cláusula 9.ª**

### **Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias**

1 – No caso de a inspeção prevista na cláusula anterior não comprovar a total conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve disso informar, por escrito, o adjudicatário.

2 – No caso previsto no número anterior, o adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela entidade adjudicante, às substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

3 – Após a realização das substituições necessárias pelo adjudicatário, no prazo respetivo, a entidade adjudicante procede à realização de nova inspeção, nos termos da cláusula anterior.

## **Subsecção II**

### **Dever de sigilo**



## **Cláusula 10.<sup>a</sup>**

### **Objeto do dever de sigilo**

1 — O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 — A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 — Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de ordem judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

## **Cláusula 11.<sup>a</sup>**

### **Prazo do dever de sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

## **Secção II**

### **Obrigações da Entidade Adjudicante**

## **Cláusula 12.<sup>a</sup>**

### **Preço contratual**

1 - Pelo fornecimento objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário os preços apresentados na proposta, até ao valor limite contratual de **73.500,00 €**, acrescido de IVA á taxa legal em vigor, se este for legalmente devido para um período contratual de 3 (três) anos, ou até ser esgotado o valor contratado.

2 — O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte do bem objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

### **Cláusula 13.<sup>a</sup>**

#### **Revisão de Preços**

Os valores unitários referentes aos óleos e lubrificantes apresentados pelo adjudicatário só poderão ser revistos trimestralmente, a pedido do concorrente, sendo os mesmos atualizados por acordo entre as partes e por aplicação do índice de preços ao consumidor, excluindo habitação, para Portugal continental, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, no ano anterior.

### **Cláusula 14.<sup>a</sup>**

#### **Condições de pagamento**

1 — As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção e conferência pela entidade adjudicante das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

2 — A emissão de fatura fará obrigatoriamente referência ao número de compromisso.

3 — Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o mesmo obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

4 — Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

5 - A emissão de faturas eletrónicas segue o disposto no artigo n.º 299.º-B do Código dos Contratos Públicos, aplicando-se-lhe a norma transitória constante do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto.

6 - As faturas deverão ser inseridas na plataforma iLink Digital Sharing, acessível através da plataforma iLink em: <https://www.ilink.pt>. A mesma dispõe de uma linha de apoio, através do email [apoio@ilink.pt](mailto:apoio@ilink.pt) ou pelo telefone 707 451 451.

#### **Cláusula 15.<sup>a</sup>**

##### **Proteção de dados e princípio da transparência**

1 - O artigo 6.º do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados indica as situações em que o tratamento de dados é lícito, designadamente quando “o tratamento for necessário para a execução de um contrato no qual o titular dos dados é parte, ou para diligências pré – contratuais a pedido do titular de dados”, e “o tratamento for necessário para o cumprimento de uma obrigação jurídica a que o responsável pelo tratamento esteja sujeito”.

2 - Sempre que sejam remetidos dados pessoais, nomeadamente em relação à equipa de trabalho proposta, os mesmos devam ser acompanhados de declaração de consentimento para o tratamento dos dados para esta finalidade, por parte dos seus titulares.

3 - Nos termos da alínea v) do n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 57/2018, de 26 de fevereiro, a publicitação do contrato, é feita no Portal BASE, incluindo anexos e aditamentos, com exceção das informações que se relacionem com segredos de natureza comercial, industrial ou outra e das informações respeitantes a dados pessoais.

4 - Nestes termos dispõe ainda o Código dos Contratos Públicos, a introdução de melhorias e aperfeiçoamentos ao regime vigente, bem como, a introdução de medidas de transparência e boa gestão pública. Deste modo entende-se que à formação dos contratos aplicam-se os princípios gerais da contratação pública, em especial, também o da transparência, deste modo, e sem prejuízo do disposto nos números anteriores, relativamente à aplicação do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, a todos os contratos públicos no âmbito do CCP, deverá ser aplicado o princípio da transparência, princípio este, que se sobrepõe ao ora citado RGPD.

Em súmula, previnem-se todos os concorrentes, candidatos e/ou interessados da sobreposição do PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA no âmbito do CCP (Código dos Contratos Públicos) ao RGPD (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados).

## **Cláusula 16.<sup>a</sup>**

### **Adiantamento de preço**

No presente procedimento não é admitido o pagamento de adiantamentos.

## **CAPÍTULO III**

### **Penalidades contratuais e resolução**

## **Cláusula 17.<sup>a</sup>**

### **Penalidades contratuais**

1 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir ao adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos bens objeto do contrato, até 5 % do valor adjudicado, excluindo o IVA.

2 - O fornecimento dos bens em quantidades inferiores às encomendadas ou com qualidade insuficiente suspenderá a faturação e o correspondente pagamento até que a situação em causa se encontre regularizada.

3 - Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 5 % do valor adjudicado, excluindo o IVA.

4 - Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo do n.º 1, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.

5 - Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.

6 - A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

7 - As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.



## **Cláusula 18.<sup>a</sup>**

### **Força maior**

1 — Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual do fornecimento dos bens contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 — Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente: tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 — Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 — A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 — A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### **Cláusula 19.<sup>a</sup>**

##### **Resolução por parte do contraente público**

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente no caso de atraso, total ou parcial, na entrega dos bens objeto do contrato, superior a 30 dias ou declaração escrita do adjudicatário de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo;

2 — O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição do fornecimento já realizado, a menos que tal seja determinado pela entidade adjudicante.

#### **Cláusula 20.<sup>a</sup>**

##### **Resolução por parte do Adjudicatário**

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida por período superior a 6 meses.

2 — O direito de resolução é exercido por via judicial, nos termos da Cláusula 20.<sup>a</sup>.

3 — Nos casos previstos no n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à entidade adjudicante, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4 — A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.



## **CAPÍTULO IV**

### **Caução e seguros**

#### **Cláusula 21.ª**

##### **Execução da caução**

Dispensada, conforme o artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.

## **CAPÍTULO V**

### **Resolução de litígios**

#### **Cláusula 22.ª**

##### **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro.

## **CAPÍTULO VI**

### **Disposições finais**

### **Cláusula 23.<sup>a</sup>**

#### **Subcontratação e cessão da posição contratual**

A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

### **Cláusula 24.<sup>a</sup>**

#### **Deveres de informação**

1 — Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.

2 — Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, que constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações, bem como do tempo e/ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

### **Cláusula 25.<sup>a</sup>**

#### **Comunicações e notificações**

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser efetuadas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, através da Plataforma eletrónica Acingov - [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).

2 - Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

### **Cláusula 26.<sup>a</sup>**

#### **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

### **Cláusula 27.<sup>a</sup>**

#### **Gestor do Contrato**



Nos termos do n.º 1 do art.º 290-A do Código dos Contratos Públicos, o gestor do contrato com a função de acompanhar permanentemente a execução deste é o trabalhador Filipe Simplicio.

## **Cláusula 28.<sup>a</sup>**

### **Legislação aplicável**

Em tudo o omissa no presente Concurso observar-se-á o disposto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto (que aprova o Código dos Contratos Públicos) com redação introduzida pelas respetivas alterações e demais legislação portuguesa em vigor.

## **PARTE II – CLÁUSULAS TÉCNICAS**

### **CAPÍTULO I**

### **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS GERAIS**

1 — O objeto do contrato consiste no fornecimento de equipamento para manutenção de jardins, de acordo com as seguintes características e quantidades:

<b>Designação</b>	<b>Embalagem</b>
Galp Formula LS 5W30 ou equivalente	205 lts.
Galp Formula LS 5W40 ou equivalente	205 lts.
Galp Galáxia LD Supra 15W40 ou equivalente	205 lts.
Galp Gláxia Ultra Plenus 10W40 ou equivalente	205 lts.
Galp Hidrolep 10 ou equivalente	205 lts.
Galp Hidrolep 32 ou equivalente	1000 lts.
Galp Hidrolep 46 ou equivalente	205 lts.
Galp Transmatic DIII ou equivalente	205 lts.
Galp Transoil 80W90 ou equivalente	205 lts.
Galp Uniagro 15W40 ou equivalente	205 lts.
Galp Galáxia LD Star ou equivalente	205 lts.
Galp Transvex TDL 80W90 ou equivalente	20lts.

Galp Transvex TDL 75W80 ou equivalente	20lts.
Galp Belona EP0 ou equivalente	20 kg.
Galp Belona EP2 ou equivalente	200 kg.



2 - Os preços dos produtos devem de incluir a **taxa ECO-LUB**, ou qualquer outra taxa obrigatória.

3 – Foi indicada a marca “Galp” para todos os óleos/ lubrificantes pretendidos, por ser a utilizada atualmente pelos nossos serviços. Contudo, serão aceites lubrificantes/óleos de outras marcas desde que equivalentes às referências solicitadas.

4 - O fornecimento é contínuo, pelo que o fornecedor se obriga ao fornecimento nas quantidades solicitadas pelo Município de Silves, durante o período de vigência do contrato.

5 - A Entidade adjudicante não fica obrigada a abastecer-se em regime de exclusividade ao adjudicatário, embora o recurso a outros fornecedores só deva ocorrer em eventuais situações de ruptura por parte do adjudicatário, por incumprimento do prazo de entrega ou devido a circunstâncias imprevistas.

6 - Durante a vigência do contrato, por acordo entre as partes, poderá ser alargado o objeto do fornecimento a outras referências e materiais.

## ANEXO I

### Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º -A,  
conforme aplicável]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de **(1)**... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo -quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada **(2)** se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo **(3)**:

a)...

b)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura **(4)**].



**Notas:**

- (1)Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2)No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3)Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º.
- (4)Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.



### **ANEXO III**

#### **Modelo de declaração**

#### **INEXISTÊNCIA DE RELACIONAMENTO COM AS DEMAIS ENTIDADES CONCORRENTES**

Para efeitos da celebração do contrato e de acordo com a exclusão prevista com base na alínea g) do n.º 2 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), de existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência.

(1).....(identificação do concorrente), NIF (2) ....(número de Identificação fiscal) na qualidade de adjudicatário à execução do contrato no âmbito do procedimento com referência (3) ..... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara sob compromisso de honra, que a **entidade por si representada, não é especialmente relacionada com as demais entidades concorrentes, nomeadamente, não há partilha ainda que apenas parcialmente, de representantes legais ou sócios, ou as sociedades se encontrem em relação de simples participação, de participação recíproca, de domínio ou de grupo**, conforme prevê o art.º 114.º do Código dos Contratos Públicos.

Mais declara, que está consciente de que a participação da representada em violação da presente declaração, **constitui contraordenação muito grave**, prevista nos termos do disposto na alínea a) do art.º 456º do Código dos Contratos Públicos, **punível com coima de € 2.000 a € 3.700 ou de € 7.500 a € 44.800, consoante seja aplicada a pessoa singular ou a pessoa colectiva.**

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

**Notas:**

---

- (1) Identificação do Concorrente.
- (2) Número de Identificação Fiscal.
- (3) Designação ou referência ao procedimento.
- (4) Assinatura do concorrente ou do representante que tenha poderes para obrigar.

## ANEXO IV

(Modelo de Declaração)

### DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO DE TRATAMENTO DE DADOS

1. Para efeitos do disposto no Regulamento Geral de Proteção de Dados, eu \_\_\_\_\_, portador do Bilhete de Identidade / Cartão de Cidadão n.º \_\_\_\_\_, fui informado(a), que o Município de Silves irá recolher junto da entidade, dados pessoais dos quais sou titular, para efeitos de tramitação pré-contratual, ao abrigo do Código dos Contratos Públicos.
2. Declaro que tenho pleno conhecimento de que estes dados serão tratados para efeitos de selecção do adjudicatário no procedimento n.º \_\_\_\_\_, e que no caso da entidade vir a ser o adjudicatário, os meus dados serão elementos integrantes do contrato a celebrar.
3. Fui também avisado (a) que estes dados pessoais serão conservados durante o período de arquivo do processo de contratação pública, tendo eu, o direito de solicitar o acesso aos mesmos, requerer a sua retificação e a sua portabilidade.
4. Fui ainda, informado (a) que tenho direito de reclamar junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura

---

(O titular de dados)